

Licença-paternidade é confirmada

BRASÍLIA — Por acordo entre as lideranças a Constituinte consagrou ontem o princípio da licença-paternidade, remetendo para a legislação ordinária o período de folga a ser concedido ao trabalhador quando a mulher ganhar filhos. O plenário manteve ainda o dispositivo que garante o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Um dos temas mais polêmicos do capítulo dos Direitos Sociais, o princípio da licença-paternidade foi mantido no texto constitucional por 410 votos a favor, três pela rejeição e duas abstenções.

A emenda aprovada foi motivo de acordo entre as lideranças políticas e foi defendida pelo autor, Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do Centrão. Ela obteve parecer favorável do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Antes de ser aprovada a emenda, o plenário deveria opinar sobre duas outras propostas que acabaram sendo retiradas pelos autores em favor do acordo. A primeira, apresentada por um grupo de 10 parlamentares, suprimia inteiramente o dispositivo. A outra, de autoria do Deputado Cunha Bueno, reduzia de oito para cinco dias o prazo da licença. Mas Bueno cedeu aos apelos do plenário e retirou também a sua proposta.

Em seguida o plenário passou a apreciar as emendas ao dispositivo que prevê o pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

O Líder em exercício do PDC, Deputado José Maria Eymael (SP), defendeu o estabelecimento da diferenciação entre o pagamento da indenização para empregados dispensados por entender que não há como continuar tratando da mesma forma trabalhadores com tempo de serviço diferente.

Segundo ele, não é justo que um empregado demitido após um ano de

trabalho receba o mesmo tratamento daquele que tem, por exemplo, 10 anos de casa.

Antes de deliberar sobre a emenda supressiva, de autoria do Deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), o negociador do Centrão, Luis Roberto Ponte, ainda fez um apelo no sentido de adiar a votação sob o argumento de que não havia ainda um acordo de liderança sobre a matéria. Segundo Ponte, o aviso prévio proporcional é um dispositivo que repete aquele que prevê a indenização compensatória para o trabalhador demitido sem justa causa.

Mas o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, contra-argumentou afirmando que havia quorum para votação e, portanto, não havia como adiar a decisão do plenário.

A emenda, com parecer contrário de Bernardo Cabral, foi rejeitada por 311 votos, contra 76 a favor e cinco abstenções.

Um outro ponto polêmico, a questão da imprescritibilidade das ações trabalhistas, chegou a ser encaminhada. Mas o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, comandou a retirada da sua bancada do plenário a fim de adiar para hoje a votação da matéria.

A proposta que será votada logo no início da sessão de hoje é de autoria do Deputado José Carlos de Vasconcelos (PMDB-PE) e prevê a igualdade de tratamento para os trabalhadores rurais e urbanos, ou seja, cinco anos para a prescrição a contar da data da demissão do trabalhador.

As esquerdas desejam manter o texto votado no primeiro turno, que garante a diferença entre os prazos para as duas categorias profissionais, pois, de acordo com a legislação atual, não há limite de prescrição para as reclamações trabalhistas na área rural.



Ulysses, na Presidência dos trabalhos, escuta com toda atenção Bernardo Cabral (à esquerda) e Albano Franco

Ulysses muda tática para obter quorum

Para assegurar a presença em plenário e, assim, dar continuidade à votação do segundo turno, que espera concluir no máximo em quatro semanas, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, mudou de estratégia: passou a recorrer aos Governadores, aos coordenadores de bancada e até mesmo ao contato direto com os parlamentares que mais faltam às sessões.

Isso, depois de verificar a inocuidade da primeira e até agora única decisão considerada drástica para assegurar o quorum: o corte dos jêtons. Igualmente, não vinham dando muito resultado os reiterados apelos feitos no programa "Diário da Constituinte".

Apesar das sugestões para pu-

nir os faltosos com a convocação dos suplentes, Ulysses optou pelo trabalho de corpo-a-corpo, com a ajuda dos Governadores e coordenadores de bancada. Excetuando-se os chamados "casos crônicos" em termos de não comparecimento à Casa, Ulysses, com a ajuda do Líder do PMDB na Constituinte, Deputado Nelson Jobim, listou todos os ausentes por Estado e passou a realizar um "trabalho de xerife", segundo seus Assessores.

"Ser Líder não é só comandar em plenário, ao contrário, sua missão é trazer a tropa para o plenário", tem repetido Ulysses às lideranças partidárias.

De acordo com a Assessoria da Mesa da Constituinte, enquanto Ulysses não senta na cadeira de

Presidente, a presença em plenário é reduzida.

— Enquanto ele não abre seu vazeirão e conclama os amigos a votarem, muita gente não sai do gabinete — diz seu Assessor jurídico, Miguel Reale Júnior.

Embora se irrite às vezes com críticas que humoristas de televisão fazem aos trabalhos da Constituinte, Ulysses achou muita graça quando, na semana passada, o "Senador Paulo Jeton", personagem do "Chico Anísio Show", ameaçou-lhe cassar o mandato por sua obsessão em permanecer em Brasília para votar a Constituinte.

"E daqui só saio com a Constituinte debaixo do braço", advertiria Ulysses, depois.

Cadeia da felicidade

A Assembléia Legislativa mineira tem se arriscado a uma lamentável evidência, dada a intensa preocupação que demonstram alguns parlamentares da Casa com relação à sua prosperidade pessoal, no presente e no futuro.

VIGILANTES, eles foram dos primeiros parlamentares do País a se precaverem contra os azares da inflação, estabelecendo um eficiente sistema automático de reposição salarial.

COMO resultado desse zelo matemático — que poupa os deputados mineiros da humilhação de ganharem menos que os constituintes federais — seus holleriths atingem, no momento, CZ\$ 1.400.000 mensais.

OUTRO crédito a ser conferido, à "vigilância civil" desses parlamentares, é o indormido serviço de comunicação que mantêm. E através do qual informam continuamente a prefeitos e vereadores de todo o Estado quanto devem aumentar a cada mês os seus salários, a fim de guardar a paridade percentual com os subsídios dos seus amigos legisladores.

É A cadeia da felicidade, zelosamente estendida às "bases". As famosas "bases". E já dissera um precativo: "É dando que se recebe".

EM APENAS DOIS DIAS MAIS DE 150 ARTIGOS FORAM VOTADOS

BRASÍLIA — Em apenas dois dias, graças aos acordos de lideranças e a sessões que se estenderam até à noite, foram apreciados mais de 150 dispositivos, inclusive a maior parte dos temas polêmicos dos direitos dos trabalhadores.

Com excessão da exigência de mandado judicial para que as prisões sejam efetuadas, alteração reivindicada pelos militares, sob o argumento de que o dispositivo impediria que um subalterno fosse preso em um navio, pela impossibilidade da presença de um Juiz, os temas polêmicos não sofreram alterações.

Já são dispositivos permanentes da nova

Constituição brasileira os seguintes direitos:

- Direito de herança;
- Inafiançabilidade e proibição de anistia para a prática de tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo e crimes hediondos;
- Habeas-data — acesso do cidadão às informações sobre ele em poder do Governo;
- Mandado de Injunção — direito de exigir o cumprimento das normas constitucionais;
- Mandado de segurança coletivo;
- Aplicação imediata das normas que definem os direitos e garantias fundamentais;
- Jornada de seis horas para o trabalho

realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo em negociação coletiva;

- Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais;
- Licença de 120 dias à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração;
- Licença-paternidade, cujo prazo será definido pela lei;
- Unicidade sindical;

Dos temas polêmicos referentes aos Direitos Sociais só não foram apreciados a imprescritibilidade das causas trabalhistas e o direito de greve, que serão votados hoje.